

PROVISÓRIO

SUMÁRIO

ABREVIATURAS	41
INTRODUÇÃO	43

● PARTE I

DIREITO DO TRABALHO

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO AO DIREITO DO TRABALHO.....

53

1. Introdução ao Direito do Trabalho	53
1.1. Fontes do Direito do Trabalho.....	54
1.2. Regulamento de empresa.....	56
1.2.1. Vantagens concedidas pelo empregador	56
1.2.1.1. Vantagens concomitantes concedidas pelo empregador. Princípio da norma mais favorável.....	58
1.2.2. Formalidade específica prevista no regulamento de empresa como condição para aplicação de punições	59
1.2.2.1. Aplicação de multa no trabalho intermitente....	59
1.2.3. empregado em face de conteúdo de norma interna da empresa WMS, que previu procedimentos específicos antes da dispensa de seus trabalhadores (Decisão proferida em Recurso de Revista Repetitivo) ...	60
1.2.4. Conversão da licença-prêmio em pecúnia	63
1.2.5. Normas do regulamento interno da Nossa Caixa – Nosso Banco ...	63
1.2.6. Complementação de aposentadoria prevista em norma interna da empresa.....	63
1.2.6.1. Complementação dos proventos da aposentadoria	63
1.2.6.2. Previdência privada	67

1.2.6.3. Complementação de aposentadoria e benefício previdenciário do INSS..	68
1.2.6.4. Aposentadoria. Complementação	68
1.2.6.5. Ação declaratória visando à complementação de aposentadoria	69
1.2.6.6. Prêmio-aposentadoria instituído por norma regulamentar.....	69
1.2.6.7. Critério de reajuste da complementação de aposentadoria. Lei nº 9.069/95 .	70
1.2.6.8. Complementação de aposentadoria instituída pelo Banespa.....	70
1.2.6.9. Complementação de aposentadoria instituída pela Petrobras.....	71
1.2.6.10. Complementação de aposentadoria instituída pelo Banco do Brasil	71
2. Eficácia das normas trabalhistas	72
2.1. Introdução.....	72
2.2. Eficácia temporal das normas trabalhistas	72
2.2.1. Princípio da irretroatividade da lei. Contrato nulo	73
2.2.1. Princípio da irretroatividade da lei. Juros.....	74
2.3. Eficácia espacial das normas trabalhistas	75
2.3.1. Conflito das leis trabalhistas no espaço. Princípio da lex loci executionis	75
2.3.2. Demais hipótese de eficácia espacial das normas trabalhistas.....	76
2.3.3. Eficácia espacial das normas trabalhistas no caso de empregado admitido no Brasil que opta pela realização de teletrabalho fora do território nacional.....	76
3. Renúncia e transação no direito do trabalho	77
3.1. Introdução.....	77

3.1.1. Renúncia.....	77	1.2.2. Local da prestação de serviços e teletrabalho (Reforma Trabalhista)	103
3.1.2. Transação	78	1.2.3. Profissionalidade	104
3.2. Programa de demissão voluntária. Transação extrajudicial	79	1.3. Altos empregados	105
3.2.1. Eficácia liberatória – regulamentação anterior à Reforma Trabalhista	79	1.3.1. Introdução	105
3.2.2. Posicionamento do STF e a força dos instrumentos coletivos.....	79	1.3.2. Diretor eleito. Cômputo do período como tempo de serviço	106
3.2.3. Eficácia liberatória do PDV – Reforma Trabalhista	80	1.3.3. Bancário	106
3.2.4. Quitação plena e irrevogável	81	1.3.3.1. Introdução.....	106
3.2.5. Direito intertemporal.....	82	1.3.3.2. Jornada de trabalho do bancário durante a vigência da MP nº 905/2019 (vigência encerrada)	107
3.2.6. Temas correlatos – Comissão de Conciliação Prévia.....	82	1.3.3.3. Gerente bancário.....	107
3.2.7. Temas correlatos – Homologação de acordo extrajudicial.....	82	1.3.3.4. Cargo de confiança.....	109
3.2.7.1. Limites do acordo extrajudicial	83	1.3.3.5. Gratificação de função...	112
3.2.7.2. Transação e redução de direitos trabalhistas	83	1.3.3.6. Pré-contratação de horas extras.....	113
3.2.7.3. Parcelamento de verbas rescisórias	84	1.3.3.7. Hora de salário. Divisor..	115
3.2.7.4. Homologação parcial de acordo extrajudicial.....	85	1.3.3.8. Sábado. Dia útil não trabalhado	119
3.2.7.5. Eficácia liberatória do acordo extrajudicial homologado.....	85	1.3.3.9. Intervalo de 15 minutos. Não computável na jornada de trabalho	119
3.3. Programa de demissão voluntária. Impossibilidade de compensação	86	1.3.3.10. Gratificação por tempo de serviço. Integração no cálculo das horas extras	120
3.4. Plano ou programa de demissão voluntária. Imposto de Renda.....	87	1.3.3.11. Gratificação de função e adicional de tempo de serviço.....	121
4. Quadro resumido	88	1.3.3.12. Quebra de caixa. Natureza jurídica	121
5. Súmulas dos Tribunais Regionais do Trabalho (relacionadas ao Capítulo I).....	90	1.3.3.13. Bancário empregado do mesmo grupo econômico	123
6. Súmulas do STF e STJ (Relacionadas ao capítulo I).....	91	1.3.3.14. Ajuda-alimentação dos bancários	124
7. Enunciados da 2ª jornada de Direito Material e Processual do Trabalho	92	1.3.4. Empregados equiparados aos bancários.....	125
8. Informativos do TST (relacionados ao Capítulo I)	93	1.3.4.1. Empregado de empresa de processamento de dados	125
		1.3.4.2. Empregados de financeira	126
		1.3.5. Empregados não equiparados aos bancários.....	126
		1.3.5.1. Empregados de corretoras de títulos e valores mobiliários	126
		1.3.5.2. Empregados de cooperativa de crédito.....	126
		1.3.5.3. Vigilante	127
		1.3.5.4. Categoria diferenciada ..	128

CAPÍTULO II

SUJEITOS DA RELAÇÃO EMPREGATÍCIA – EMPREGADO E EMPREGADOR 101

1. Empregado	101
1.1. Introdução. Requisitos da relação empregatícia.....	102
1.1.1. Alteridade	103
1.2. Elementos não essenciais à configuração da relação de emprego	103
1.2.1. Exclusividade	103

1.3.6. Orientações Jurisprudenciais do TST específicas sobre bancários.	129	2.3.5. Desmembramento de municípios	149
1.3.6.1. Adicional de Caráter Pessoal do Banco do Brasil.	129	2.3.6. Ausência de concurso público na administração pública indireta. Posterior privatização. Convalidação...	150
1.3.6.2. Adicionais específicos do Banco do Brasil e a função de gerente.....	129	2.3.7. Sucessão trabalhista e penhora de bens em pessoa de direito público	152
1.4. Empregado rural.....	129	2.4. Poderes do empregador	153
1.4.1. Introdução. Identificação do empregado rural.....	129	2.4.1. Introdução	153
1.4.2. Empresa de reflorestamento	131	2.4.1.1. Poder de organização ...	153
1.4.3. Contagem do prazo prescricional do contrato em curso à época da promulgação da EC/28-2000.....	132	2.4.1.2. Poder de controle	156
1.4.4. Intervalo intrajornada. Rurícola..	133	2.4.1.3. Poder disciplinar	163
1.4.5. Salário-família do empregado rural	135	2.4.2. Poder regulamentar	165
2. Empregador.....	136	2.4.3. Punição prevista em regulamento interno.....	167
2.1. Introdução.....	136	3. Quadro resumido	169
2.1.1. Sócio retirante (Reforma Trabalhista)	137	4. Súmula do STF e STJ (Relacionada ao Capítulo II).....	172
2.1.1.1. Responsabilidade do sócio retirante	137	5. Súmulas dos Tribunais Regionais do Trabalho (relacionadas ao Capítulo II).....	173
2.2. Grupo econômico.....	138	6. Teses jurídicas prevaletentes dos tribunais regionais do trabalho	175
2.2.1. Consequências jurídicas do reconhecimento do grupo econômico e empregador único	139	7. Enunciados da reforma trabalhista	175
2.2.1.2. Contrato único.....	139	8. Informativos do TST (relacionados ao Capítulo II).....	177
2.2.2. Temas correlatos: Grupo econômico por subordinação e coordenação (Reforma Trabalhista)	141	CAPÍTULO III	
2.2.3. Requisitos para configuração do grupo econômico	142	TERCEIRIZAÇÃO 201	
2.2.4. Grupo econômico e terceirização	143	1. Introdução.....	201
2.2.5. Aspectos processuais do reconhecimento do grupo econômico....	143	2. Requisitos para terceirização lícita	202
2.3. Sucessão de empresas.....	143	2.1. Temas correlatos à Súmula nº 331 do TST..	212
2.3.1. Requisitos para configuração da sucessão trabalhista	143	2.1.1. Terceirização no Marco Regulatório Trabalhista Infralegal	212
2.3.1.1. Responsabilidade do sucessor (Reforma Trabalhista).....	144	2.1.2. Terceirização em empresas de telecomunicação	213
2.3.1.2. Sucessão por indução....	145	2.1.3. Quarteirização	213
2.3.1.3. Sucessão inversa	145	2.1.4. Condições de trabalho	214
2.3.2. Sucessão trabalhista em estabelecimentos bancários	146	2.1.4.1. Súmula nº 331 do TST	214
2.3.3. Contrato de concessão de serviço público. Responsabilidade trabalhista.....	148	2.1.4.2. Regulamentação pela Lei nº 13.429/2017 (31/03/2017)	215
2.3.4. Sucessão trabalhista em aquisição de empresa pertencente a grupo econômico	149	2.1.4.3. Reforma Trabalhista – Lei nº 13.467/2017	215
		2.1.5. “Quarentena” para empregado ser sócio ou titular da empresa contratada (Reforma Trabalhista).....	216
		2.1.6. Período de quarentena do empregado terceirizado (Reforma Trabalhista)..	216
		3. Vínculo empregatício com a administração pública. Período anterior à CF/88	217
		4. Contrato de trabalho com a Associação de Pais e Mestres – APM.....	218
		5. Equiparação salarial na terceirização.....	219

5.1. Regulamentação prevista na OJ nº 383 da SDI-I do TST	219
5.2. Tema nº 383 de repercussão geral do STF..	220
6. Responsabilidade trabalhista do dono da obra. Contrato de empreitada na construção civil.....	221
6.1. Responsabilidade do dono da obra	221
6.2. Tema correlato: Responsabilidade do empregado na subempreitada	223
7. Quadro resumido	225
8. Súmulas dos Tribunais Regionais do Trabalho (relacionadas ao Capítulo III).....	226
9. Teses jurídicas prevaletentes dos tribunais regionais do trabalho	228
10. Enunciados da reforma trabalhista	229
11. Informativos do TST (relacionados ao Capítulo III)..	231

CAPÍTULO IV

CONTRATO DE TRABALHO 241

1. Identificação profissional do empregado. Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS	241
1.1. CTPS Digital.....	242
1.1.1. Informações obrigatórias na CTPS.	244
1.2. Anotação em CTPS.....	244
1.2.1. Anotações gerais e anotações especiais.....	245
1.2.2. Anotações sobre a remuneração.....	245
1.2.3. Apresentação da CTPS	246
1.2.4. Registros eletrônicos equivalentes às anotações	246
1.2.5. Prazo para acesso às informações de anotação	246
1.2.6. Multa pelo descumprimento do dever de anotação	246
1.2.7. Vedação de anotações desabonadoras	246
1.3. Do valor das anotações na CTPS.....	247
1.3.1. Registro de empregados	248
1.4. Aviso-prévio indenizado e a baixa na CTPS	251
2. Contratação do empregado: exigência de certidão negativa de antecedentes criminais	251
2.1. Temas correlatos – Lei Geral de Proteção de Dados nas relações de trabalho	253
2.1.1. LGPD e sua aplicação no âmbito trabalhista.....	254
2.1.2. Conceitos importantes da LGPD.....	254
2.1.3. Parâmetros para o tratamento dos dados pessoais	255
2.1.4. Bases de tratamento de dados na LGPD.....	255
2.1.4.1. Base de tratamento de dados não sensíveis	255

2.1.4.2. Base de tratamento de dados sensíveis	256
2.1.5. Princípios da LGPD	257
2.1.6. Tratamento de dados de empregados adolescentes	258
2.1.7. Norma coletiva e uso de dados pessoais.....	258
2.1.8. Uso indevido de dados pessoais e papel dos órgãos de fiscalização do trabalho.....	258
2.1.9. Responsabilidade do empregador para com terceiros e empregados pelo uso indevido e vazamento de dados pessoais	259
2.2. Temas correlatos – Carta de recomendação do ex-empregado.....	260
2.3. Temas correlatos – Tarifação do dano extrapatrimonial nas relações de trabalho	261
2.3.1. Da inconstitucionalidade do sistema de tarifação do dano extrapatrimonial (ADI 6050 – interpretação conforme a Constituição).....	262
3. Classificação do contrato de trabalho	264
3.1. Contrato por prazo determinado	264
3.1.1. Contrato por prazo determinado na LC nº 150/2015 (“Lei dos Domésticos”).....	265
3.1.2. Trabalho intermitente (Reforma Trabalhista).....	265
3.1.2.1. Antecedentes do trabalho intermitente: jornada móvel ou variável	265
3.1.2.2. Conceito de trabalho intermitente	266
3.1.2.3. Exclusão dos aeronautas e questão das categorias diferenciadas.....	267
3.1.2.4. Principais impactos do trabalho intermitente nos direitos dos trabalhadores ..	268
3.1.2.5. Constitucionalidade do trabalho intermitente	268
3.1.2.6. Trabalho intermitente no direito comparado.....	269
3.1.3. Regulamentação do trabalho intermitente.....	269
3.1.3.1. Normas ligadas à convocação do trabalhador.....	271
3.1.3.2. Multa por descumprimento do acordado	272
3.1.3.3. Direitos do empregado em trabalho intermitente	274
3.1.3.4. Questionamentos sobre o trabalho intermitente	275

3.1.3.5. Trabalho intermitente durante o estado de calamidade pública decorrente da pandemia do coronavírus e legislação de exceção	276	5.7.2. Necessidade de fundamentação da transferência	300
3.1.4. Contrato de Trabalho Verde e Amarelo (MP nº 905/2019 – vigência encerrada).....	277	5.7.3. Adicional de transferência para ocupante de cargo de confiança.....	300
3.2. Prazo e prorrogação do contrato de experiência.....	277	5.7.4. Transferência e despesas de transporte.....	301
3.3. Término antecipado do contrato por prazo determinado e a cláusula assecuratória de direito recíproco.....	279	6. Suspensão e interrupção do contrato de trabalho	301
3.3.1. Término antecipado do contrato por prazo determinado	280	6.1. Introdução	301
4. Da nulidade do contrato de trabalho	281	6.2. Comparecimento à Justiça do Trabalho	302
4.1. Contrato nulo. Contratação do servidor público sem prévio concurso público.....	281	6.3. Suspensão do contrato em razão da aposentadoria por incapacidade permanente.....	303
4.1.1. Exigência de concurso público para o ingresso no cargo de professor titular	284	6.4. Suspensão do prazo prescricional em virtude do auxílio por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença).....	304
4.1.2. Ausência de concurso público na administração pública indireta. Posterior privatização. Convalidação	285	6.5. Suspensão do contrato e a continuidade do pagamento do plano de saúde	304
4.1.3. Contratação de empregado nas pessoas jurídicas do “Sistema S”. Desnecessidade de concursos públicos	286	6.6. Suspensão temporária do contrato de trabalho durante a pandemia de coronavírus (Lei nº 14.020/2020 e MP 1.045/2021, rejeitada) e legislação de exceção	306
4.2. Desvirtuamento do estágio com a Administração. Contrato nulo.....	287	7. Quadro resumido	308
4.3. Oficial de justiça ad hoc.....	288	8. Súmulas do STF e STJ (relacionadas ao Capítulo IV)	310
4.4. Trabalho ilícito. Jogo do bicho.....	288	9. Súmulas dos Tribunais Regionais do Trabalho (relacionadas ao Capítulo IV)	311
4.5. Trabalho proibido. Policial militar	289	10. Teses jurídicas prevaletentes dos tribunais regionais do trabalho	313
4.6. Pessoal de obras na Administração Pública. Aplicação da legislação trabalhista	290	11. Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas e Incidentes de Assunção de Competência dos Tribunais Regionais do Trabalho	314
5. Alteração do contrato de trabalho	290	12. Enunciados da reforma trabalhista	315
5.1. Introdução	290	13. Informativos do TST (relacionados ao Capítulo IV)..	317
5.2. Reversão e supressão ou redução da gratificação.....	291		
5.2.1. Gratificação dos operadores de raios X.....	294		
5.3. Transferência do período noturno para o diurno	294		
5.4. Alteração da jornada. Retorno à jornada inicialmente contratada	295		
5.5. Redução da carga horária do professor	296		
5.6. Alteração da data do pagamento	297		
5.6.1. Data do pagamento do salário e incidência de correção monetária ..	298		
5.6.2. Incidência de correção monetária sobre as diferenças salariais.....	299		
5.7. Transferência de empregados.....	299		
5.7.1. Introdução	299		

CAPÍTULO V

DURAÇÃO DO TRABALHO E PERÍODOS DE DESCANSO 329

1. Duração do trabalho	330
1.1. Tempo à disposição do empregador.....	331
1.1.1. Tema correlato: Viagens para participação em cursos e treinamentos exigidos pela empresa e tempo à disposição do empregador (Informativo nº 219 do TST).....	333
1.2. Fiscalização da jornada. Ônus da prova	333
1.2.1. Tema correlato – Registro de ponto eletrônico no Marco Regulatório Trabalhista Infralegal.....	338
1.3. Trajeto para o trabalho. Hora in itinere	339
1.3.1. Horas in itinere antes da Reforma Trabalhista	339
1.3.2. Horas in itinere após a Reforma Trabalhista.....	339

1.3.3. Tempo médio das horas <i>in itinere</i>	342	e infraestrutura necessária ao trabalho remoto	365
1.3.4. Hora <i>in itinere</i> . Empregador que cobra pelo transporte fornecido	343	1.7.2.6. Meio ambiente do trabalho no regime de teletrabalho	366
1.4. Sobreaviso e Prontidão. Aplicação por analogia das horas de sobreaviso aos eletricitários ..	344	1.7.2.7. Outras novidades trazidas pela Lei nº 14.442/2022	367
1.4.1. Sobreaviso e utilização de bip, pager ou aparelho celular	345	1.7.2.8. Teletrabalho durante a pandemia de coronavírus (MPs nº 1.046/2021 e 927/2020) e legislação de exceção.....	369
1.5. Tempo de espera do Motorista Profissional (ADI nº 5322)	346	1.7.3. Gerente bancário. Limitação da jornada	370
1.5.1. Jornada de trabalho do motorista profissional	348	1.7.4. Empregados que exercem atividade externa incompatível com a fixação de horário de trabalho. Ferroviário.	372
1.5.2. Tempo de espera do motorista	349	1.8. Turnos ininterruptos de revezamento. Fixação de jornada de trabalho mediante negociação coletiva	372
1.5.2.1. Tempo de espera do motorista antes da ADI 5322	349	1.8.1. Turnos ininterruptos de revezamento. Elastecimento da jornada de trabalho via norma coletiva com eficácia retroativa	374
1.5.2.2. Tempo de espera do motorista depois da ADI 5322 ..	349	1.8.2. Turnos ininterruptos de revezamento. Alternância de horários: noturno e diurno	375
1.5.3. Períodos de descanso do motorista	350	1.8.3. Turnos ininterruptos de revezamento. Intervalos e descansos	376
1.5.3.1. Períodos de descanso do motorista <u>antes</u> da ADI	350	1.8.4. Turnos ininterruptos de revezamento. Trabalho noturno	377
1.5.3.2. Períodos de descanso do motorista depois da ADI ..	351	1.8.5. Turnos ininterruptos de revezamento. Horista	377
1.5.4. O que mudou com a ADI 5322?	352	1.8.6. Turnos ininterruptos de revezamento. Ferroviário	378
1.5.5. Monitoramento da geolocalização e exigência de exame toxicológico do motorista profissional.....	355	1.8.7. Turnos ininterruptos de revezamento. Petroleiros	378
1.6. Variação do registro de ponto. Limite de tolerância	355	1.9. Trabalho noturno.....	379
1.6.1. Variação do registro de ponto. Flexibilização	357	1.9.1. Hora noturna e adicional noturno ..	379
1.6.2. Limite de tolerância no intervalo intrajornada.....	357	1.9.2. Transferência do período noturno para o diurno.....	380
1.7. Empregados sem limitação de jornada.....	358	1.9.3. Prorrogação do horário noturno. Jornada 12x36	380
1.7.1. Empregados que exercem atividade externa incompatível com a fixação de horário de trabalho. Tacógrafo... ..	358	1.9.4. Trabalho noturno dos petroleiros ...	382
1.7.2. Teletrabalho ou trabalho remoto....	360	1.9.5. Hora noturna dos portuários.....	383
1.7.2.1. Caracterização do teletrabalho.....	362	1.10. Compensação da Jornada	383
1.7.2.1.1. Caracterização do teletrabalho pela Reforma Trabalhista	362	1.10.1. Compensação na escala 12 por 36. Necessidade de acordo ou convenção coletiva	391
1.7.2.1.2. Caracterização do teletrabalho pela Lei nº 14.442/2022	363	1.10.1.2. Regulamentação da Jornada 12x36.....	392
1.7.2.2. Solenidade para o teletrabalho	363	1.10.1.3. Jornada 12x36 na jurisprudência do TST.....	392
1.7.2.3. Alteração do regime presencial para teletrabalho.....	364	1.10.1.5. Prestação de horas extras habituais e descaracterização da jornada 12x36.....	394
1.7.2.4. Alteração do regime de teletrabalho para o presencial	365		
1.7.2.5. Responsabilidade pela aquisição de equipamentos			

1.10.1.6. Intervalo intrajornada em jornada 12 x 36.....	394	2.2.2. Atestado médico para evitar o desconto do DSR	427
1.10.1.7. Trabalho no DSR e feriados	395	2.2.2.1. Exigência de CID em atestados médicos	428
1.10.1.8. Trabalho noturno em jornada 12 x 36	396	2.2.2.2. Efeitos jurídicos da alta médica concedida pelo INSS .	429
1.10.1.9. Jornada 12x36 em atividades insalubres.....	398	2.2.3. Trabalho no DSR sem que haja folga compensatória em outro dia	431
1.10.1.10. Jornada 12 x 36 na legislação do doméstico	398	2.2.3.1. Tema correlato -Trabalho no DSR e feriados.....	432
1.10.1.11. Questionamentos práticos da jornada 12x36	398	2.2.3.2. Autorização para o trabalho em domingos e feriados em atividades em geral.....	433
1.10.1.12. Vantagens e desvantagens da Jornada 12x36.....	399	2.2.3.3. Autorização para o trabalho em domingos e feriados no comércio em geral	434
1.10.1.13. A jornada 12 x 36 como regra nas futuras contratações e os impactos malignos na sociedade.	400	2.2.3.4. Escala de revezamento quinzenal para empregadas mulheres (RE 1403904/SC)	434
1.10.1.14. Jornada 12x36 dos profissionais da saúde durante a pandemia de coronavírus (MP nº 1.046/2021 – vigência encerrada) ...	400	2.2.3.5. Autorização para trabalho aos domingos e aos feriados na MP nº 905/2019.....	435
1.10.2. Semana espanhola	401	2.2.4. Trabalho no DSR. Concessão após o sétimo dia consecutivo de trabalho	435
1.11. Jornada reduzida do telefonista	402	2.2.5. Remuneração do DSR.....	436
1.11.1. Jornada reduzida do telefonista. Inaplicável aos operadores de telex.....	402	2.2.5.1. Parcelas pagas mensalmente sem repercussão no valor do DSR	436
1.12. Duração do trabalho do jornalista em empresa não jornalística.....	403	2.2.5.2. Integração do adicional de horas extras no DSR e a alteração da OJ nº 394 da SDI-I do TST	437
1.13. Duração do trabalho do advogado empregado com dedicação exclusiva. Contratação ocorrida antes da Lei nº 8.906, de 04.07.1994...	403	2.2.5.3. Comissionista e pagamento do descanso semanal remunerado	439
2. Períodos de descanso.....	404	2.2.5.4. Gorjetas e a repercussão no DSR	439
2.1. Introdução	404	2.2.6. DSR do professor	442
2.1.1. Intervalo intrajornada	405	2.2.7. Sábado do bancário. Não configura DSR	442
2.1.1.1. Intervalo não previsto em lei.....	409	2.3. Férias.....	442
2.1.1.2. Redução do intervalo intrajornada e outros aspectos relevantes ligados ao tema..	410	2.3.1. Duração das férias	442
2.1.1.3. Intervalo Maquinista Ferroviário	418	2.3.1.1. Duração das férias e acidente de trabalho	444
2.1.1.4. Limite de tolerância no intervalo intrajornada	420	2.3.1.2. Tema correlato: Tema nº 221 da Repercussão Geral do STF	445
2.1.1.5. Intervalos remunerados ...	421	2.3.2. Remuneração das férias.....	445
2.1.2. Inobservância ao intervalo interjornada	424	2.3.2.1. Remuneração das férias do tarefeiro	446
2.1.2.1. Intervalo interjornada e descanso semanal remunerado	425	2.3.3. Férias concedidas após o período concessivo	447
2.2. Descanso semanal remunerado e feriados (Lei nº 605/49)	426	2.3.3.1. Férias concedidas dentro do período concessivo sem	
2.2.1. Introdução	426		

o prévio pagamento (ADPF nº 501/SC).....	447
2.3.3.2. Férias concedidas após o período concessivo e o valor da dobra	449
2.3.4. Término do contrato de trabalho e pagamento das férias proporcionais ..	449
2.3.4.1. Férias do professor	451
2.3.5. Férias indenizadas e a incidência nos depósitos do FGTS.....	452
2.3.6. Férias individuais durante a pandemia de coronavírus (MPs nº 927/2020 e 1.046/2021 – vigência encerrada) e legislação de exceção	453
3. Quadro resumido	454
4. Súmulas do STF e STJ (relacionadas ao Capítulo V)	459
5. Súmulas dos Tribunais Regionais do Trabalho (relacionadas ao Capítulo V)	460
6. Teses jurídicas prevalentes dos tribunais regionais do trabalho	469
7. Enunciados da reforma trabalhista	471
8. Informativos do TST (relacionados ao Capítulo V).....	473

CAPÍTULO VI

REMUNERAÇÃO 497

1. Salário e remuneração. Introdução	498
1.1. Gorjetas e a repercussão nas demais verbas trabalhistas.....	498
1.1.1. Regulamentação das gorjetas nos últimos anos	499
1.1.2. Alterações promovidas pela Lei nº 13.419/2017	499
1.1.3. Revogação da regulamentação pela Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017).....	500
1.1.4. Tentativa de correção do erro pela MP nº 808/2017 (“Reforma da Reforma”)..	500
1.1.5. Nova tentativa de regulamentação das gorjetas pela MP nº 905/2019 (vigência encerrada)	500
1.2. Salário proporcional à jornada.....	501
1.2.1. Salário-mínimo proporcional do professor.....	503
1.2.1.1. Redução da carga horária do professor	505
1.3. Salário profissional	507
1.3.1. Salário profissional. Médicos e engenheiros.....	507
1.3.1.1. Salário profissional. Médicos e dentistas	508
1.3.2. Salário profissional. Radiologista ...	508
1.3.3. Salário profissional. Enfermagem....	509
1.3.3.1. Como ficou o piso salarial nacional da enfermagem?	510
1.3.3.2. Posição do STF em relação a outros pisos nacionais	511
1.4. Salário complessivo	511
1.5. Aumento salarial concedido pela empresa. Impossibilidade de compensação no ano seguinte	512
1.6. Salário-utilidade ou salário in natura. Percentuais.....	513
1.6.1. Salário-utilidade. Habitação. Energia elétrica. Veículo. Cigarro	514
1.6.2. Alimentação fornecida por força do contrato. Natureza salarial.....	516
1.6.3. Ajuda-alimentação prevista em norma coletiva. Natureza indenizatória	517
1.6.4. Ajuda-alimentação prevista na Lei nº 6.321/76.	518
Natureza indenizatória	518
1.6.4.1. Tema correlato – Programa de Alimentação do Trabalhador no Marco Regulatório Trabalhista Infralegal	520
1.6.5. Ajuda-alimentação e a possibilidade de alterar a natureza jurídica em razão de norma coletiva	520
1.7. Parcelas salariais. Introdução.....	521
1.7.1. Comissões e percentagens. Correção monetária	522
1.7.2. Comissionista e o pagamento do descanso semanal remunerado	523
1.7.3. Comissionista puro e o pagamento das horas extraordinárias	523
1.7.4. Comissionista misto e o pagamento das horas extraordinárias	525
1.7.5. Gratificações. Ajuste tácito.....	525
1.7.6. Gratificações pagas mensalmente e o descanso semanal remunerado	526
1.7.7. Gratificação por tempo de serviço. Reflexos	527
1.7.7.1. Gratificação por tempo de serviço. Princípio da norma mais favorável.....	528
1.7.8. Gratificação de função	529
1.7.9. Gratificação específica ao ferroviário (chefe de trem).....	532
1.7.10. Adicional de risco do portuário. Lei nº 4.860/65	532
1.7.10.1. Adicional de risco portuário. Igualdade entre empregado com vínculo empregatício e trabalhador avulso.....	533

1.7.10.2. Vigia portuário. Terminal privativo.....	535	1.9.2.2. Adicional noturno e regime de revezamento	565
1.7.11. Adicional por tempo de serviço (quinquênio)	536	1.9.2.3. Vigia e adicional noturno .	565
1.7.12. Adicional regional (Petrobras).....	536	1.9.3. Adicional de transferência.....	566
1.7.13. Abono previsto em norma coletiva	537	1.9.3.1. Transferência e despesas de transporte	568
1.8. Gratificação natalina ou décimo terceiro salário. Introdução.....	537	1.9.4. Adicional de periculosidade	568
1.8.1. Horas extras e gratificação semestral. Reflexos no décimo terceiro salário	538	1.9.4.1. Eletricitários e o adicional de periculosidade	571
1.8.1.1 Tema correlato – Décimo terceiro salário no Marco Regulatório Trabalhista Infralegal	539	1.9.4.2. Operadores de bomba de gasolina	572
1.8.2. Faltas por acidente de trabalho e o cálculo do décimo terceiro salário .	540	1.9.4.3. Permanência a bordo de aeronaves.....	573
1.8.3. Décimo terceiro salário proporcional e pedido de demissão.....	541	1.9.4.4. Instaladores de linhas e aparelhos de telefonia e o adicional de periculosidade ..	575
1.8.4. Décimo terceiro salário proporcional e término do contrato por culpa recíproca	541	1.9.4.5. Sistema elétrico de potência	575
1.8.5. Décimo terceiro para efeito de indenização	542	1.9.4.6. Substâncias radioativas	576
1.8.6. Décimo terceiro e indenização adicional.....	542	1.9.4.7. Líquido inflamável em construção vertical	577
1.8.7. Décimo terceiro e a cessão de servidor público.....	543	1.9.4.8. Adicional de periculosidade para o Agente de Apoio Socioeducativo da Fundação Casa	578
1.9. Adicionais salariais. Introdução	543	1.9.4.9. Perícia. Profissional qualificado	579
1.9.1. Adicional de hora extra.....	543	1.9.4.10. Adicional noturno e o adicional de periculosidade...	581
1.9.1.1. Adicional de hora extra. Globalidade salarial.....	544	1.9.4.11. Cumulação dos adicionais de periculosidade e de insalubridade.....	581
1.9.1.2. Integração do adicional de horas extraordinárias.....	549	1.9.4.12. Cumulação do adicional de periculosidade do carteiro motorizado com o adicional de atividade de distribuição e/ou coleta externa (AADC) da ECT.....	583
1.9.1.3. Supressão do adicional de horas extraordinárias.....	554	1.9.4.13. Flexibilização do adicional de periculosidade	585
1.9.1.4. Cálculo das horas extras. Jornada de 40 horas semanais	555	1.9.4.14. Condenação ao pagamento do adicional de periculosidade	587
1.9.1.5. Adicional de horas extraordinárias do professor	559	1.9.4.15. Adicional de periculosidade e equipamentos móveis de Raios X	587
1.9.1.6. Horas extraordinárias do marítimo.....	561	1.9.4.16. Petrobras e o adicional de periculosidade	588
1.9.1.7. Critério de dedução/abatimento dos valores relativos às horas extras comprovadamente pagos no curso do contrato de trabalho	561	1.9.5. Adicional de insalubridade	588
1.9.1.8. Horas extraordinárias e comprovação de parte do período alegado.....	562	1.9.5.1. Base de cálculo do adicional de insalubridade	593
1.9.2. Adicional noturno.....	562	1.9.5.2. Adicional de insalubridade e a realização de perícia	596
1.9.2.1. Adicional noturno e adicional de periculosidade	565		

1.9.5.3. Classificação da atividade insalubre e a relação oficial do Ministério do Trabalho	597	3. Garantias de proteção ao salário	638
1.9.5.4. Atividade intermitente e o adicional de insalubridade	603	3.1. Irredutibilidade salarial	639
1.9.5.5. Fornecimento de aparelho de proteção e o recebimento do adicional de insalubridade	603	3.1.1. Redução proporcional dos salários e de jornada durante a pandemia de coronavírus (Lei nº 14.020/2020 e MP 1.045/2021) e legislação de exceção	640
1.9.5.6. Substituição processual para pleitear o adicional de insalubridade	604	3.2. Descontos salariais. Prévia autorização do empregado	642
1.9.5.7. Causa de pedir. Agente nocivo diverso do apontado na inicial	605	3.2.1. Desconto no salário por dano causado pelo empregado. Frentista	643
1.10. Parcelas sem natureza salarial (parcelas indenizatórias)	605	3.2.2. Pagamento na primeira audiência judicial e a multa do art. 467 da CLT	643
1.10.1. Participação nos lucros e resultados – PLR	606	3.2.3. Massa falida e a multa do art. 467 da CLT	645
1.10.2. Diárias para viagem	607	3.2.4. Inadimplemento de Verbas Trabalhistas. Frutos. Posse de má-fé	646
1.10.3. Vale-transporte aos servidores públicos celetistas	608	4. Reajustes salariais	646
1.10.3.1. Tema correlato – Vale-transporte no Marco Regulatório Trabalhista Infralegal	610	4.1. Reajustes salariais previstos em norma coletiva. Política salarial	646
1.10.4. Salário-família	611	4.2. Diferenças salariais decorrentes de planos econômicos	647
1.10.4.1. Salário-família. Termo inicial da obrigação	612	4.3. Reajustes decorrentes do Plano Collor. Inexistência de direito adquirido	648
1.10.5. Seguro-desemprego	612	4.4. Conversão de salários de cruzeiros para cruzados	648
2. Equiparação salarial	619	4.5. Reajuste do adiantamento salarial. Lei nº 7.686/88. Salário de abril e maio de 1988	648
2.1. Introdução	619	4.6. Remuneração dos empregados públicos	649
2.1.1. Multa por conduta discriminatória	620	4.6.1. Reajuste automático (gatilho) dos empregados públicos	649
2.2. Equiparação salarial. Art. 461 da CLT	622	4.6.2. Teto remuneratório dos empregados públicos	649
2.3. Plano de cargos e salários aprovado por instrumento coletivo. Ausência de alternância de critérios de promoção por antiguidade e merecimento	630	4.6.2.1. Limites à remuneração mensal dos servidores e empregados públicos	649
2.4. Equiparação salarial na Administração Pública	631	4.6.3. Salário-mínimo dos empregados públicos	650
2.5. Salário-substituição	631	4.6.4. Reajustes salariais dos entes públicos previstos em legislação federal	651
2.6. Equiparação salarial entre auxiliar de enfermagem e atendente de enfermagem	632	4.7. Aplicação da legislação eleitoral aos empregados públicos	651
2.7. Equiparação salarial do empregado que exerce as funções de auxiliar de laboratório	634	5. Efeitos financeiros da Anistia. Emenda constitucional nº 26/1985	651
2.8. Descumprimento pelo próprio empregador do quadro de pessoal organizado em carreira. Enquadramento ou reclassificação	634	5.1. Anistia. Art. 8º, § 1º, do ADCT	651
2.8.1. Descumprimento pelo próprio empregador do quadro de carreira. Desvio de função	635	6. Quadro resumido	653
2.9. Equiparação salarial na terceirização	636	7. Súmulas do STF e STJ (relacionadas ao Capítulo VI)	662
2.9.1. Regulamentação anterior pela OJ nº 383 da SDI-I do TST	636	8. Súmulas dos tribunais regionais do trabalho (relacionadas ao Capítulo VI)	663
2.9.2. Tema nº 383 de repercussão geral do STF	638	9. Teses jurídicas prevalecentes dos tribunais regionais do trabalho	669

10. Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas e Incidentes de Assunção de Competência dos Tribunais Regionais do Trabalho	670	6.9 Tema correlato: afastamento de gestantes durante a pandemia de COVID-19 (Lei nº 14.151/2021, alterada pela Lei 14.311/2022)	732
11. Enunciados da reforma trabalhista	671	6.10 Tema correlato: Programa Emprega + Mulheres (Lei nº 14.457/2022).....	733
12. Informativos do TST (relacionados ao Capítulo VI)..	673	7. Empregado representante da CIPA	735
CAPÍTULO VII		7.1 Tema correlato: Das medidas de prevenção e de combate ao assédio sexual e a outras formas de violência no âmbito do trabalho....	737
ESTABILIDADE E GARANTIAS PROVISÓRIAS DE EMPREGO		8. Estabilidade provisória em razão de acidente de trabalho sofrido pelo empregado	738
1. Introdução.....	701	8.1. Requisitos previstos em instrumento coletivo para aquisição da estabilidade decorrente de acidente do trabalho	743
2. Proibição da dispensa arbitrária e Julgamento do stf sobre a convenção 158 da oit.....	704	8.2 Responsabilidade civil objetiva decorrente de acidentes do trabalho	744
2.1 Causa justificada e justa causa	704	8.2.1. Responsabilidade civil no ordenamento jurídico brasileiro.....	744
2.2 Procedimento prévio ao término do contrato de trabalho.....	705	8.2.2. Responsabilidade civil nos acidentes de trabalho.....	745
2.3 Julgamento das ADI 1625 e ADC 39	706	8.2.2.1. Acidente de trabalho.....	745
3. Pedido de reintegração quando o período de estabilidade já tiver terminado	706	8.2.2.2. Comunicação de acidente do trabalho – CAT	747
4. Estabilidade por tempo de serviço	708	8.2.2.3 Nexo de causalidade.....	748
4.1. Estabilidade por tempo de serviço e estabilidade prevista em instrumento coletivo. Compatibilidade	708	8.2.2.4 Responsabilidade civil subjetiva e objetiva do empregador.....	749
5. Características e requisitos da estabilidade do dirigente sindical.....	709	8.3. Tema correlato: Trabalhador autônomo e acidente de trabalho	751
5.1. Requisito para a dispensa do dirigente sindical. Inquérito para apuração de falta grave.....	713	8.4. Tema correlato: Estabilidade provisória no acidente de trabalho para trabalhadores temporários.....	752
5.2. Decisão que converte a reintegração em indenização	715	9. Empregados eleitos diretores de sociedades cooperativas	752
5.3. Estabilidade dos membros do conselho fiscal	715	10. Estabilidade do empregado público.....	753
5.4. Estabilidade dos delegados sindicais	716	10.1. Estabilidade prevista no art. 19 do ADCT. Servidor público de fundação regido pela CLT	754
6. Garantia provisória de emprego da gestante.....	716	11. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST específicas sobre estabilidade	755
6.1 Posicionamento da 4ª Turma do TST: fim da estabilidade em contratos por prazo determinado?	723	11.1. Estabilidade dos empregados do BANDEPE	755
6.2 Exigência de certidão de nascimento do filho	723	11.2. Estabilidade dos empregados da CONAB...	755
6.3 Ausência de estabilidade da trabalhadora temporária.....	723	12. Quadro resumido	756
6.4 Estabilidade da gestante no serviço público	724	13. Súmulas do STF e STJ (relacionadas ao Capítulo VII)	758
6.5. A empregada que sofreu aborto espontâneo tem direito à estabilidade provisória no emprego?.....	726	14. Súmulas dos Tribunais Regionais do Trabalho (relacionadas ao Capítulo VII)	759
6.6 Empregada detentora de garantia de emprego que ajuíza ação após o término do período de garantia no emprego.....	727	15. Teses jurídicas prevaletentes dos tribunais regionais do trabalho	761
6.7. Salário-maternidade após CF/88.....	728	16. Enunciados da 2ª jornada de direito material e processual do trabalho	762
6.8. Tema correlato: ADI nº 6327/DF: Define como termo inicial da licença-maternidade e do respectivo salário-maternidade a alta hospitalar do recém-nascido e/ou de sua mãe, o que ocorrer por último.....	731	17. Informativos do TST (relacionados ao Capítulo VII)	763

CAPÍTULO VIII

FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO – FGTS 777

1. Introdução.....	777
2. Incidência do FGTS	780
2.1. Incidência do FGTS no aviso-prévio	781
3. Parcelas sem incidência do FGTS	781
4. Hipóteses de saque dos depósitos.....	782
4.1. Indenização de 40% do FGTS e contrato por prazo determinado	785
4.2. Indenização de 40% do FGTS e diferença decorrentes dos expurgos inflacionários	786
5. Contrato nulo e os depósitos do FGTS	787
6. Prescrição para requerer os depósitos do FGTS e o posicionamento do stf	790
6.1. Modulação dos efeitos da decisão e regra intertemporal.....	791
6.2. Argumentos contrários à decisão do STF (13/11/2014)	792
6.3. Argumentos favoráveis à decisão do STF ...	793
6.4. Conclusões	793
7. Índice de correção do FGTS decorrente de condenação judicial	794
8. Quadro resumido	795
9. Súmulas dos tribunais regionais do trabalho.....	796
10. Súmulas do STF e STJ (relacionadas ao Capítulo VIII).....	797
11. Informativos do TST (relacionados ao Capítulo VIII) ..	798

CAPÍTULO IX

AVISO-PRÉVIO E TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO 801

1. Aviso-prévio.....	801
1.1. Introdução	801
1.2. Proporcionalidade do aviso-prévio.....	802
1.3. Aviso-prévio e a contagem do prazo	804
1.4. Aviso-prévio. Direito irrenunciável.....	804
1.5. Aviso-prévio e a garantia provisória de emprego	805
1.5.1. Indenização adicional da Lei 7.238/84 e a garantia provisória de emprego .	806
1.6. Aviso-prévio e redução da jornada.....	806
1.7. Aviso-prévio no contrato por prazo determinado	807
1.8. Aviso-prévio e o fechamento da empresa .	808
1.9. Aviso-prévio indenizado e a sua projeção no contrato de trabalho.....	809
1.9.1. Aviso-prévio indenizado e a contagem do prazo prescricional	811
1.9.2. Aviso-prévio indenizado e a incidência do FGTS	811

1.10. Efeitos da projeção do aviso-prévio. Aspectos econômicos	812
1.11. Aviso-prévio e a constatação de culpa recíproca	813
1.12. Aviso-prévio cumprido em casa	813
1.13. Falta grave no curso do aviso-prévio	814
1.14. Concessão do aviso-prévio nos 30 dias que antecedem o reajuste salarial (Lei nº 7.238/84)	815
2. Término do contrato de trabalho	815
2.1. Introdução	815
2.1.1. Dispensa de trabalhadores em tempos de crise (pandemia de COVID-19)...	819
2.1.1.1. Dispensa individual de trabalhadores em tempos de crise (pandemia de COVID-19)..	819
2.1.1.2. Dispensa em massa de trabalhadores em tempos de crise (pandemia de COVID-19)..	819
2.1.1.3. Dispensa por força maior em tempos de crise (pandemia de COVID-19)	820
2.1.1.4. Dispensa por fato do príncipe em tempos de crise (pandemia de COVID-19)..	820
2.1.1.5. Parcelamento das verbas rescisórias em tempos de crise (pandemia de COVID-19)..	821
2.1.2. “Outplacement” no término do contrato de trabalho.....	821
2.2. Pedido de demissão e direito às férias proporcionais	822
2.3. Dispensa discriminatória. Portador de doença grave	824
2.3.1. Da indenização dobrada pela dispensa discriminatória.....	825
2.3.1.1. Natureza jurídica da indenização dobrada	826
2.3.1.2. Possibilidade de cumulação com indenização por dano moral (não configuração de bis in idem).....	826
2.3.1.3. Marco temporal final da indenização dobrada	826
2.3.1.4. ADPF 648 e a constitucionalidade da Súmula nº 443 do TST	827
2.3.2. Tema correlato – Exigência de carteira de vacinação e dispensa dos empregados	827
2.5. Aposentadoria espontânea como causa de extinção do contrato	829
2.6. Dispensa do empregado público	829
2.7. Readmissão	831

2.8. Atraso no pagamento dos salários. Pagamento em audiência	832	6. Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas e Incidentes de Assunção de Competência dos Tribunais Regionais do Trabalho	860
2.9. Descumprimento do prazo para o pagamento das verbas rescisórias e a incidência da multa do art. 477 da CLT	833	7. enunciados da reforma trabalhista	861
2.10. Incidência da multa do art. 477, § 8º, CLT no reconhecimento judicial da relação de emprego.....	836	8. Informativos do TST (relacionados ao Capítulo IX)	862
2.10.1. Multa do art. 477, § 8º, CLT	837	CAPÍTULO X	
2.10.2. Reconhecimento judicial do vínculo de emprego.....	838	PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA..... 877	
2.10.3. Questões controvertidas acerca da multa do art. 477 da CLT	839	1. PRESCRIÇÃO	877
2.11. Término das atividades empresariais e o pagamento de salário	839	1.1. Introdução	877
2.12. O término do contrato por culpa recíproca e o pagamento das verbas rescisórias	840	1.2. Prazos prescricionais.....	879
2.13. Contrato nulo e o pagamento das verbas rescisórias	840	1.2.1. Aviso-prévio indenizado e a contagem do prazo prescricional	879
2.14. Homologação das verbas trabalhistas e a quitação	843	1.2.2. Prescrição quinquenal	879
2.14.1. Extinção da homologação das verbas trabalhistas.....	843	1.3. Prescrição total	880
2.14.2. Homologação de acordo extrajudicial	844	1.3.1. Alteração ou supressão da comissão	881
2.14.3. Forma de pagamento das verbas rescisórias	845	1.3.2. Incorporação do adicional de hora extra	882
2.14.4. Prazo para cumprimento das obrigações decorrentes da extinção do contrato de trabalho.....	846	1.3.3. Horas extras pré-contratadas e suprimidas	882
2.14.5. Fim da assistência na rescisão contratual.....	847	1.3.4. Desvio de função e enquadramento	884
2.14.6. Multa do art. 477, § 8º, CLT.....	847	1.3.5. Complementação dos proventos de aposentadoria nunca pagos pelo empregador	885
2.14.6.1. Parcelamento das verbas rescisórias e multa do art. 477, § 8º, da CLT.....	847	1.3.6. Planos econômicos	887
2.14.7. Saque do FGTS e requerimento do seguro-desemprego	848	1.3.7. Substituição de avanços trienais por quinquênios	888
2.14.8. Recibo de quitação das verbas trabalhistas e eficácia liberatória.....	848	1.3.8. Supressão de parcelas de lei estadual, municipal e de legislação federal de efeitos concretos	888
2.14.9. Tema correlato: Carta de recomendação do ex-empregado	849	1.4. Prescrição parcial.....	889
2.14.10. Quitação anual de obrigações trabalhistas	850	1.4.1. Equiparação salarial	889
2.15. Compensação. Dívidas de natureza trabalhista	852	1.4.2. Descumprimento de critérios de promoção em plano de cargos e salário	889
2.16. Indenização em virtude da dispensa sem justa causa. Constitucionalidade do art. 31 da Lei 8.880/94	853	1.4.3. Pedido de diferenças de complementação de aposentadoria	891
3. Quadro resumido	854	1.4.4. Gratificação semestral	891
4. Súmulas dos Tribunais Regionais do Trabalho (relacionadas ao Capítulo IX)	856	1.5. Ação rescisória ajuizada em razão do prazo prescricional.....	891
5. Teses jurídicas prevalentes dos tribunais regionais do trabalho	859	1.6. Causas que interferem na contagem do prazo	893
		1.6.1. Introdução	893
		1.6.1.1. Prazos prescricionais durante a pandemia de COVID-19 e legislação de exceção	894
		1.6.2. Suspensão do prazo prescricional em virtude do auxílio por incapacidade temporária	895

1.6.3. Ajuizamento da reclamação trabalhista como causa de interrupção do prazo prescricional	895	1.17. Legitimidade para arguir de prescrição em favor de entidade de direito público	918
1.6.4. Aplicação do protesto judicial ao processo do trabalho. Causa de interrupção do prazo	896	2. Decadência.....	919
1.7. Prescrição do empregado rural	897	2.1. Introdução.....	919
1.8. Aplicação da prescrição intercorrente no processo do trabalho	898	2.2. Inquérito para apuração de falta grave.....	919
1.8.1. Conceito de prescrição intercorrente.....	898	3. Quadro resumido	921
1.8.2. Posicionamento dos tribunais antes da Lei	899	4. Súmulas do STF e STJ (relacionadas ao Capítulo X).....	923
1.8.3. Prazo de 2 anos.....	900	5. Súmulas dos Tribunais Regionais do Trabalho (relacionadas ao Capítulo X).....	924
1.8.4. Procedimento de aplicação da prescrição intercorrente e suspensão da execução.....	901	6. Teses jurídicas prevalentes dos tribunais regionais do trabalho	925
1.8.4.1. Quando não diz respeito à localização do devedor ou de bens penhoráveis.....	901	8. Enunciados da reforma trabalhista	926
1.8.4.2. Quando o devedor não é localizado ou não há bens penhoráveis.....	902	9. Informativos do TST (relacionados ao Capítulo X)...	927
1.8.5. Requerimento e declaração ex officio da prescrição intercorrente.....	903		
1.8.6. Execução Fiscal.....	904		
1.8.7. Direito intertemporal	905		
1.9. Momento da declaração da prescrição	905		
1.9.1. Prescrição intercorrente declarada na instância extraordinária	906		
1.10. Readmissão e a prescrição de períodos descontínuos de trabalho	909		
1.11. Prescrição para requerer os depósitos do FGTS e o posicionamento do STF	910		
1.11.1. Modulação dos efeitos da decisão e regra intertemporal.....	910		
1.11.2. Argumentos contrários à decisão do STF (13/11/2014)	911		
1.11.3. Argumentos favoráveis à decisão do STF	913		
1.11.4. Conclusões	913		
1.12. Prescrição em razão dos expurgos inflacionários. Diferenças da multa de 40% do FGTS	914		
1.13. Início da contagem do prazo prescricional para ajuizar a ação de cumprimento	915		
1.14. A mudança de regime celetista para estatutário e a prescrição	916		
1.14.1. Supressão das vantagens estatutárias. Opção pelo regime trabalhista	917		
1.15. Início da contagem do prazo prescricional para complementação da pensão e do auxílio-funeral	917		
1.16. Marco inicial. Ação condenatória	917		

CAPÍTULO XI

DIREITO COLETIVO DO TRABALHO 935

1. Introdução.....	935
1.1. Prevalência do negociado sobre o legislado (Reforma Trabalhista)	935
1.1.1. Tema 1.046 da Repercussão Geral: prevalência do negociado sobre o legislado.....	938
1.1.2. Rol exemplificativo de valorização do negociado (Reforma Trabalhista)	940
1.2. Princípio da contrapartida e garantia provisória na hipótese de redução salarial (Reforma Trabalhista).....	940
1.2.1. Anulação de cláusula compensatória em instrumento coletivo	942
1.3. Limites ao negociado (Reforma Trabalhista e Tema 1046 da repercussão geral do STF) ...	943
1.3.1. Rol taxativo de limitação à negociação coletiva	949
1.3.2. Negociação coletiva na pandemia (Lei nº 14.020/2020 e MP nº 1.045/2021) e legislação de exceção	950
2. Poder normativo da Justiça do Trabalho diante das decisões do STF	951
2.1. Poder Judiciário e controle dos instrumentos coletivos de trabalho	952
3. Período de vigência da sentença normativa e das convenções e acordos coletivos	953
3.1. Introdução	953
3.2. Ultratividade das normas coletivas de trabalho (ADPF 323/DF)	955
3.2.1. Antes da alteração da Súmula nº 277 do TST	955
3.2.2. Após a alteração da Súmula nº 277 do TST	956
3.2.3. Liminar do STF (APDF 323/DF).....	958

3.2.4. Alteração promovida pela Reforma Trabalhista.....	958	2. Cláusulas abusivas ou ilegais.....	1006
3.2.5. Decisão final do STF (APDF 323/DF).....	959	2.1. Cláusula que estabelece taxa de homologação de rescisão contratual – ilegalidade.....	1006
3.3. Sentença normativa.....	959	2.2. Inconstitucionalidade na cobrança de contribuições para entidades sindicais aos não sindicalizados.....	1008
3.4. Tema correlato: Negociação coletiva e “lay off”.....	960	2.2.1. Contribuição sindical.....	1009
4. Dispensa em massa (Tema 638 da repercussão geral).....	962	2.2.1.1. Regulamentação anterior à Reforma Trabalhista: tributo.....	1009
5. Abrangência da norma coletiva para a categoria diferenciada.....	966	2.2.1.2. Regulamentação da contribuição sindical após a Reforma Trabalhista: como ficou?.....	1009
6. Cobrança da multa convencional.....	967	2.2.1.3. Empregados sindicalizados – como fica?.....	1012
6.1. Multa.....	968	2.2.1.4. Procedimento ligado à contribuição sindical que permanece após a Reforma Trabalhista.....	1012
6.1.1. Multa por descumprimento do acordado em trabalho intermitente (Reforma Trabalhista).....	969	2.2.1.5. Decisão do STF sobre a constitucionalidade da atual regulamentação da contribuição sindical.....	1013
7. Contribuição sindical.....	970	2.2.1.6. Aspectos processuais.....	1014
7.1. Contribuição sindical rural.....	970	2.2.1.7. Autorização por meio de assembleia geral e o Enunciado nº 24 da CCR do MPT.....	1014
7.2. Regulamentação da contribuição sindical anterior à Reforma Trabalhista: tributo.....	971	2.2.2. Contribuição confederativa.....	1015
7.3. Regulamentação da contribuição sindical após a Reforma Trabalhista: como ficou?....	972	2.2.3. Contribuição assistencial (Tema 935 da repercussão geral).....	1016
7.4. Procedimento ligado à contribuição sindical que permanece após a Reforma Trabalhista.....	974	2.2.4. Mensalidade sindical.....	1019
7.5. Decisão do STF sobre a constitucionalidade da atual regulamentação da contribuição sindical.....	975	2.3. Proibição de cláusula que privilegia a contratação de trabalhador sindicalizado sobre os demais – admissão preferencial... ..	1019
7.5.1. Aspectos processuais.....	976	3. Quadro resumido das OJS da SDC.....	1021
7.5.2. Autorização por meio de assembleia geral e o Enunciado nº 24 da CCR do MPT.....	976	4. Súmulas dos tribunais regionais do trabalho.....	1022
8. Contribuição assistencial ou taxa de reversão (Tema 935 da repercussão geral).....	977	5. Teses jurídicas prevalentes dos tribunais regionais do trabalho.....	1023
9. Quadro resumido.....	980	6. Informativos do TST.....	1024
10. Súmula dos Tribunais Regionais do Trabalho (relacionadas ao Capítulo XI).....	981	II – Negociação coletiva.....	1027
11. Enunciados da reforma trabalhista.....	982	1. Aspectos formais – Assembleia Geral.....	1027
12. Informativos do TST (relacionados ao Capítulo XI).....	985	1.1. Edital de convocação da Assembleia Geral – publicidade e observância do prazo mínimo entre a publicação e a realização da assembleia.....	1027
CAPÍTULO XII		2. Dissídio coletivo em face de pessoa jurídica de Direito Público.....	1028
ORIENTAÇÕES JURISPRUDENCIAIS DA SDC..... 1003		2.1. Limites e possibilidade da negociação coletiva no setor público.....	1029
Introdução. Julgamento na SDC.....	1003	3. Limitação ao desconto realizado no salário do trabalhador via negociação coletiva.....	1030
I – Organização sindical brasileira.....	1003	4. Limitação do salário normativo. Contrato de experiência e empregado com menos de 18 anos de idade.....	1031
1. Categoria profissional diferenciada.....	1003		
1.1. Enquadramento sindical – reconhecimento de categoria diferenciada – impossibilidade de ajuizamento de dissídio coletivo.....	1003		
1.2. Impossibilidade de reconhecimento por decisão judicial de categoria profissional diferenciada.....	1004		

4.1. Tema correlato: igualdade salarial entre homens e mulheres (Lei nº 14.611/2023).....	1033
5. Estabilidade e limites à negociação coletiva	1035
5.1. Estabilidade da gestante	1035
5.2. Estabilidade do acidentado	1037
6. Quadro resumido das OJS da SDC.....	1039
7. Informativos do TST	1040
III – GREVE	1046
1. Greve abusiva – impossibilidade de estabelecer vantagens a seus participantes	1046
1.1. Greve sem representatividade sindical	1047
2. Greve – Imprescindibilidade de tentativa negocial prévia.....	1049
3. Necessidade de garantia das necessidades inadiáveis da população – greve em serviços essenciais	1049
4. Greve no serviço público.....	1051
4.1. Greve de policiais civis	1054
4.1.1. Tema correlato – Mediação de conflitos coletivos de trabalho	1055
5. Quadro resumido das OJS da SDC.....	1057
6. Informativos do TST	1058

● PARTE II

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

CAPÍTULO I

PRINCÍPIOS..... 1067

1. Introdução.....	1067
2. Princípio da irrecorribilidade das decisões interlocutórias.....	1067
3. Princípio da extrapetição	1072
4. Princípio do contraditório	1073
5. Quadro resumido	1075

CAPÍTULO II

COMPETÊNCIA..... 1077

1. Introdução	1077
2. Imunidade de Jurisdição. Organização ou organismo internacional	1078
3. Competência em razão da matéria	1080
3.1. Indenização por danos morais	1080
3.2. Direito de greve	1084
3.3. Cadastramento do PIS.....	1088
3.4. Seguro-desemprego.....	1089
3.5. Representantes Comerciais.....	1092
3.6. Contribuições previdenciárias.....	1092

3.7. Contribuições previdenciárias decorrentes de títulos judiciais anteriores à EC nº 20/98	1102
3.8. Competência para execução da contribuição social referente ao seguro de acidente de trabalho (SAT).....	1103
3.9. Complementação de pensão requerida por viúva de ex-empregado.....	1105
3.10. Competência para processar e julgar ação trabalhista contra empregador objetivando o pagamento de diferenças salariais e dos respectivos reflexos nas contribuições devidas à entidade previdenciária.....	1107
3.11. Quadro de carreira	1108
3.12. Competência residual. Superveniência de regime jurídico único	1108
3.13. Fase pré-contratual de seleção e de admissão de pessoal e eventual nulidade do certame em face da Administração Pública	1110
3.14. Recolhimento e repasse de contribuição sindical de servidores públicos estatutários....	1111
3.15. Competência para servidor celetista pleitear verbas administrativas	1112
4. Competência funcional.....	1112
4.1. Ação anulatória	1112
4.2. Tutela antecipada	1114
5. Competência territorial-funcional (ACP)	1115
6. Conflito de competência	1121
6.1. Tribunal Regional do Trabalho e Vara do Trabalho de idêntica região	1122
6.2. Incompetência territorial.....	1122
7. Quadro resumido	1125
8. Súmulas dos Tribunais Regionais do Trabalho (relacionadas ao Capítulo II).....	1127
9. Incidentes de resolução de demandas repetitivas (IRDRS) e incidentes de assunção de competência (IACS) dos tribunais regionais do trabalho	1131
10. Súmula do STF (Relacionada ao capítulo II).....	1132
11. Informativos do TST (relacionados ao Capítulo II)	1133

CAPÍTULO III

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO..... 1147

1. Introdução.....	1147
2. Legitimidade do Ministério Público do Trabalho 1148	
2.1. Legitimidade para ajuizar ação rescisória ..	1148
2.2. Legitimidade para arguir prescrição em favor de entidade de direito público	1149
2.3. Legitimidade para recorrer	1150
2.3.1. Ilegitimidade para recorrer na defesa de interesse patrimonial privado	1150
2.4. Legitimidade para arguir em parecer nulidade da contratação não suscitada na defesa.....	1152

3. Ação civil pública. Competência	1153	3.7. Substabelecimento. Reconhecimento de firma.....	1190
4. Quadro resumido	1159	3.8. Mandato. Atos urgentes. Fase recursal.....	1191
5. Súmulas dos Tribunais Regionais do Trabalho (relacionadas ao Capítulo III).....	1160	3.9. Mandato. Pessoa jurídica de direito públi- co	1194
6. Teses jurídicas prevalentes dos tribunais regionais do trabalho	1161	3.10. Representação irregular. Autarquia	1195
7. Informativos do TST (relacionados ao Capítulo III).....	1162	3.11. Contrato social. Desnecessária a juntada....	1198

CAPÍTULO IV

AÇÃO. CONDIÇÕES DA AÇÃO 1165

1. Introdução	1165	4. Advogado	1201
2. Legitimidade.....	1166	4.1. Atuação fora da seção da OAB em que o advogado está inscrito.....	1201
2.1. Substituição processual	1166	4.2. Honorários advocatícios	1202
2.1.1. Ação de cumprimento	1168	4.2.1. Cabimento	1202
2.1.2. Sindicato como substituto processual para pleitear diferença de adicional de insalubridade	1169	4.2.1.1. Depois da Constituição Fe- deral de 1988 (art. 133).....	1202
2.1.3. Interrupção da prescrição	1170	4.2.1.2. Hipóteses de cabimento... ..	1203
3. Impossibilidade jurídica do pedido.....	1171	4.2.1.3. Ação de indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente de trabalho ajuizada na Justiça Comum antes da EC nº 45/04	1223
3.1. Ação rescisória de decisão que extingue o processo sem resolução do mérito por aco- lhimento da exceção de coisa julgada	1171	4.2.2. Base de cálculo.....	1224
3.2. Ação rescisória de decisão que conclui estar preclusa a oportunidade de impugnação da sentença de homologação.....	1173	5. Honorários periciais.....	1225
4. Interesse de agir	1174	5.1. Assistente técnico.....	1225
4.1. Ação individual quando o direito já foi reco- nhecido em decisão normativa	1174	5.2. Atualização monetária	1226
5. Quadro resumido	1176	5.3. Depósito prévio. Mandado de segurança ..	1227
6. Súmulas dos Tribunais Regionais do Trabalho (relacionadas ao Capítulo IV)	1177	5.4. Honorários periciais. Beneficiário da justiça gratuita.....	1228
7. Informativos do TST (relacionados ao Capítulo IV)..	1179	6. Justiça gratuita.....	1230

CAPÍTULO V

PARTES E PROCURADORES 1181

1. Introdução.....	1181	7. Litisconsórcio.....	1238
2. Capacidade postulatória – jus postulandi.....	1181	7.1. Procuradores distintos. Prazo	1238
3. Representação.....	1183	7.2. Ação rescisória.....	1239
3.1. Mandato tácito. Substabelecimento inváli- do.....	1183	7.3. Custas processuais.....	1242
3.2. Mandato tácito. Agravo de instrumento.....	1185	7.4. Litisconsórcio na terceirização.....	1243
3.3. Representação irregular. Procuração outor- gada para o ajuizamento de reclamação trabalhista não alcança a ação rescisória e o mandado de segurança.....	1186	8. Intervenção de terceiros.....	1247
3.4. Agravo de instrumento e recurso de revista interpostos por procurador com poderes limitados ao âmbito do TRT.....	1187	8.1. Assistência.....	1247
3.5. Mandato e substabelecimento. Condições de validade.....	1188	9. Quadro resumido	1250
3.6. Substabelecimento não datado	1190	10. Súmulas dos Tribunais Regionais do Trabalho (relacionadas ao capítulo v)	1253
		11. Teses jurídicas prevalentes dos Tribunais Regio- nais do Trabalho (relacionadAs ao capítulo V)	1256
		12. Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDRs) e Incidentes de Assunção de Competência (IACs) dos Tribunais Regionais do Trabalho	1257
		13. Informativos do TST (relacionados ao capítulo V)	1259

CAPÍTULO VI**ATOS PROCESSUAIS..... 1269**

1. Introdução.....	1269
2. Notificação	1271
2.1. Presunção de recebimento	1271
2.2. Pluralidade de advogados. Publicação em nome de advogado diverso daquele expressamente indicado	1272
3. Prazos processuais	1274
3.1. Intimação ou publicação ocorrida na sexta-feira. Início da contagem do prazo	1274
3.2. Intimação em sábado. Recesso forense e férias coletivas dos ministros do TST.....	1275
3.3. Litisconsórcio. Procuradores distintos.....	1279
3.4. Prazos recursais.....	1280
3.4.1. Feriado local. Ausência de expediente forense. Necessidade de comprovação	1280
3.4.2. Não comparecimento em audiência de julgamento	1284
3.4.3. Juntada da sentença após 48 horas da audiência de julgamento.....	1286
3.4.4. Pagamento das custas	1287
3.4.5. Depósito recursal	1288
3.4.6. Embargos de declaração. Prazo em dobro. Pessoa jurídica de direito público.....	1289
3.4.7. Recurso interposto via fac-símile	1289
3.5. Início do prazo para apresentação de contestação em ação rescisória	1292
4. Quadro resumido	1293
5. Súmulas dos Tribunais Regionais do Trabalho (relacionadas ao Capítulo VI).....	1294
6. incidentes de resolução de demandas repetitivas (IRDRS) e incidentes de assunção de competência (IACS) dos tribunais regionais do trabalho	1295
7. Informativos do TST (relacionados ao Capítulo VI).....	1296

CAPÍTULO VII**PETIÇÃO INICIAL 1297**

1. Introdução.....	1297
2. Indeferimento liminar	1298
3. Novo valor da causa. Mandado de segurança.....	1300
4. Alçada.....	1301
4.1. Fixação. Data do ajuizamento da reclamação trabalhista.....	1301
4.2. Constitucionalidade	1301
4.3. Inaplicabilidade na ação rescisória e mandado de segurança	1302
5. Comissão paritária – portuários	1303
6. Quadro resumido	1304
7. Súmula do Tribunal Regional do Trabalho	1305

8. incidentes de resolução de demandas repetitivas (IRDRS) e incidentes de assunção de competência (IACS) dos tribunais regionais do trabalho	1306
9. Informativos do TST (relacionados ao capítulo VII) ..	1307

CAPÍTULO VIII**TUTELA PROVISÓRIA..... 1309**

1. Introdução.....	1309
2. Competência para concessão nos tribunais.....	1310
3. Momento de concessão. Forma de impugnação	1312
4. Concessão de tutela antecipada para reintegração de empregado protegido por estabilidade provisória decorrente de lei ou norma coletiva.....	1317
5. Concessão de liminar para reintegrar dirigente sindical	1318
6. Concessão de liminar para impedir transferência de empregado.....	1319
7. Concessão de liminar para reintegração.....	1320
8. Ação rescisória. Cabimento	1322
9. Quadro resumido	1324
10. Súmulas dos tribunais regionais do trabalho (relacionadas ao capítulo viii)	1325
11. Informativos do tst (relacionados ao Capítulo VIII)....	1326

CAPÍTULO IX**AUDIÊNCIA 1327**

1. Introdução.....	1327
2. Ausência na audiência	1327
2.1. Ausência motivada da reclamada	1327
2.2. Ausência do reclamante na audiência de instrução	1329
3. Atraso no horário de comparecimento da parte em audiência	1330
4. Preposto. Exigência da condição de empregado	1331
5. Conciliação	1333
5.1. Acordo judicial. Meio de impugnação (ação rescisória)	1333
5.2. Acordo judicial. Alcance	1334
5.3. Homologação do acordo. Faculdade do juiz.....	1336
6. Quadro resumido	1338
7. Súmulas dos Tribunais Regionais do Trabalho (relacionadas ao Capítulo IX)	1339
8. TESES JURÍDICAS PREVALECENTES DOS TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO (RELACIONADAS AO CAPÍTULO IX).....	1340
9. Informativos do TST (relacionados ao Capítulo IX)..	1341

CAPÍTULO X**RESPOSTA DO RÉU..... 1345**

1. Introdução.....	1345
2. Compensação. Momento de alegação (contestação).....	1346

3. Revelia	1347	4. Concessão do salário relativo ao período de estabilidade já exaurido. Inexistência de julgamento extra petita	1392
3.1. Verbas rescisórias não quitadas na primeira audiência. Efeitos.....	1347	5. Agente nocivo diverso do apontado na inicial. Inexistência de julgamento extra petita	1394
3.2. Ausência motivada da reclamada	1348	6. Quadro resumido	1395
3.3. Atraso no horário de comparecimento da parte em audiência.....	1350	7. Súmulas dos Tribunais Regionais do Trabalho (relacionadas ao Capítulo XII)	1396
3.4. Aplicação à pessoa jurídica de direito público	1351		
3.5. Ação rescisória. Inaplicável os efeitos da revelia	1352		
4. Quadro resumido	1353		
6. Informativo do TST (relacionado ao Capítulo X).	1355		

CAPÍTULO XI

PROVAS 1357

1. Introdução.....	1357
2. Ônus da prova.....	1358
2.1. Despedimento.....	1358
2.2. Jornada de trabalho. Registro. Distribuição dinâmica do ônus da prova.....	1360
2.3. Equiparação salarial.....	1364
2.4. Vale-transporte	1365
2.5. Diferenças no recolhimento do FGTS.....	1366
3. Prova documental	1367
3.1. Instrumento normativo. Cópia não autenticada.....	1367
3.2. Pessoa jurídica de direito público. Dispensa de autenticidade dos documentos.....	1368
3.3. CTPS. Presunção das anotações	1369
4. Prova testemunhal.....	1370
4.1. Testemunha que litiga ou litigou contra a mesma reclamada.....	1370
5. Prova Pericial	1370
5.1. Adicional de insalubridade e a realização de perícia	1370
5.2. Dispensa da realização de perícia. Pagamento espontâneo do adicional de periculosidade.....	1372
6. Confissão	1372
7. Quadro resumido	1376
8. Súmulas dos Tribunais Regionais do Trabalho	1377
9. Teses jurídicas prevalentes dos tribunais regionais do trabalho (relacionadas ao Capítulo XI).....	1379
10. Informativos do TST (relacionados ao Capítulo XI).	1380

CAPÍTULO XII

SENTENÇA 1387

1. Introdução.....	1387
2. Fato superveniente que possa influir no julgamento	1388
3. Sentença citra petita. Cabível ação rescisória	1391

CAPÍTULO XIII

COISA JULGADA 1397

1. Introdução	1397
2. Planos econômicos. Limitação à data-base da categoria	1397
3. Quadro resumido	1399
4. Súmulas dos Tribunais Regionais do Trabalho (relacionadas ao Capítulo XIII)	1400
5. Informativos do TST (relacionados ao Capítulo XIII)	1401

CAPÍTULO XIV

RECURSOS 1403

1. Teoria geral dos recursos.....	1404
1.1. Introdução.....	1404
1.2. Princípios recursais.....	1404
1.2.1. Princípio da fungibilidade (convertibilidade).....	1404
1.2.1.1. Embargos de declaração contra decisão monocrática do relator.....	1405
1.2.1.2. Indeferimento liminar de ação rescisória e mandado de segurança pelo relator	1407
1.2.1.3. Interposição de agravo nominado ou regimental de decisão colegiada. Erro grosseiro.....	1408
1.2.1.4. Erro grosseiro. Interposição de recurso de revista de decisão de competência originária do TRT	1409
1.2.2. Irrecorribilidade das decisões interlocutórias.....	1410
1.3. Juízo de admissibilidade	1414
1.3.1. Juízo de admissibilidade do recurso principal no agravo de instrumento.....	1415
1.4. Pressupostos recursais	1416
1.4.1. Legitimidade e interesse para recorrer.....	1416
1.4.1.1. Ministério Público. Ilegitimidade para recorrer na defesa	

de interesse patrimonial privado.....	1416	tada do comprovante de recolhimento das custas e do depósito recursal dos recursos anteriores	1448
1.4.1.2. Ilegitimidade dos Estados ou municípios para recorrer em nome de autarquia.....	1418	1.4.4.11. Novo valor da causa arbitrado ex officio e majoração das custas processuais	1449
1.4.2. Tempestividade.....	1420	1.4.4.12. Pagamento das custas em recurso ordinário no mandado de segurança.....	1450
1.4.2.1. Feriado local. Ausência de expediente forense. Necessidade de comprovação....	1420	1.4.5. Depósito recursal.....	1451
1.4.2.2. Não comparecimento em audiência de julgamento..	1424	1.4.5.1. Teto máximo. Fase executória. Litisconsórcio passivo.	1452
1.4.2.3. Juntada da sentença após 48 horas da audiência de julgamento	1426	1.4.5.2. Exigível apenas na condenação em pecúnia.....	1456
1.4.2.4. Embargos de declaração. Prazo em dobro. Pessoa jurídica de direito público	1427	1.4.5.3. Prazo para recolhimento...	1457
1.4.2.5. Recurso ordinário em mandado de segurança.....	1428	1.4.5.4. Depósito recursal no Recurso Extraordinário	1458
1.4.3. Representação	1428	1.4.5.5. Depósito recursal na ação rescisória	1459
1.4.3.1. Mandato tácito. Agravo de instrumento.....	1429	1.4.5.6. Credenciamento bancário. Prova dispensável	1459
1.4.3.2. Agravo de instrumento e recurso de revista interpostos por procurador com poderes limitados ao âmbito do TRT	1430	1.4.5.7. Utilização da guia GFIP.....	1460
1.4.3.3. Substabelecimento. Reconhecimento de firma	1430	1.4.5.8. Desnecessário a indicação do PIS/PASEP na guia de depósito recursal.....	1462
1.4.3.4. Mandato. Atos urgentes. Fase recursal	1431	1.4.6. Regularidade formal	1463
1.4.4. Custas processuais.....	1434	1.4.6.1. Recurso que não ataca os fundamentos da decisão recorrida.....	1463
1.4.4.1. Inversão do ônus da sucumbência. Acréscimo do valor da condenação. Reembolso das custas à parte vencedora..	1434	1.4.6.2. Assinatura apenas da petição de interposição ou das razões recursais. Validade.	1466
1.4.4.2. Prazo para pagamento em sede de recurso	1439	1.4.7. Depósito de multas impostas pelo juízo.....	1468
1.4.4.3. Recolhimento insuficiente. Diferença ínfima. Deserção	1439	1.4.7.1. Multa por litigância de má-fé.....	1468
1.4.4.4. Ações plúrimas	1442	1.4.7.2. Multa do art. 1.021, §§ 4º e 5º, do CPC como pressuposto recursal	1469
1.4.4.5. Sociedade de economia mista. Não isenção	1443	1.5. Documentos.....	1471
1.4.4.6. APPA. Não isenção.....	1444	1.5.1. Juntada de documentos.....	1471
1.4.4.7. Massa falida. Empresa em liquidação extrajudicial.....	1445	1.6. Efeitos dos recursos	1472
1.4.4.8. Comprovação de recolhimento por meio de Darf eletrônico.....	1446	1.6.1. Efeito devolutivo.....	1472
1.4.4.9. Guia de recolhimento com carimbo do banco.....	1447	1.6.2. Efeito suspensivo	1476
1.4.4.10. Formação do traslado no agravo de instrumento. Desnecessidade de jun-		1.6.2.1. Recurso contra sentença normativa.....	1476
		1.7. Remessa necessária	1477
		1.7.1. Cabimento.....	1479
		1.7.2. Incabível recurso de revista quando inexistente recurso voluntário pelo ente público.....	1482

1.7.3. Ausência de reexame necessário. Incabível ação rescisória	1483	2.3.4.3. Incabível recurso de revista de acórdão proferido em agravo de instrumento.....	1510
2. Recursos em espécie	1484	2.3.4.4. Cabimento na execução de sentença	1512
2.1. Embargos de declaração	1484	2.3.5. Divergência jurisprudencial	1513
2.1.1. Introdução	1484	2.3.5.1. Configuração. Divergência específica	1514
2.1.2. Embargos de declaração com efeitos modificativos	1485	2.3.5.2. Abrangência parcial da di- vergência.....	1515
2.1.2.1. Cabimento	1485	2.3.5.3. Comprovação da divergência jurisprudencial.....	1516
2.1.2.2. Necessidade do contraditório	1487	2.3.5.4. Decisão superada por itera- tiva, notória e atual jurispru- dência do TST.....	1521
2.1.3. Embargos de declaração com efeitos prequestionatórios.....	1488	2.3.5.5. Decisão recorrida contrária à orientação jurisprudencial	1522
2.1.4. Embargos de declaração contra deci- são monocrática do relator.....	1489	2.3.5.6. Constitucionalidade do art. 896, alínea b, da CLT	1523
2.1.5. Prazo em dobro. Pessoa jurídica de direito público	1491	2.3.5.7. Divergência jurisprudencial fundada em lei estadual, norma coletiva ou norma regulamentar	1524
2.2. Recurso ordinário	1492	2.3.5.8. Divergência jurisprudencial oriunda do mesmo Tribunal Regional	1526
2.2.1. Introdução	1492	2.3.6. Violação literal de disposição de lei federal ou afronta direta e literal à Constituição Federal	1527
2.2.2. Recurso ordinário em mandado de segurança	1492	2.3.6.1. Indicação do dispositivo violado	1527
2.2.3. Recurso ordinário em ação rescisó- ria	1493	2.3.6.2. Violação legal. Vocábulo violação	1529
2.2.4. Não cabimento do recurso ordinário de decisão do TRT proferida em agravo regimental contra liminar.....	1494	2.3.6.3. Nulidade por negativa de prestação jurisdicional.....	1529
2.3. Recurso de revista	1494	2.3.6.4. Contrato nulo. Necessidade de invocação de violação do art. 37, II e § 2º, da CF/88.	1530
2.3.1. Introdução	1494	2.3.7. Recurso de revista no rito sumarís- simo.....	1531
2.3.2. Pquestionamento (recursos de natureza extraordinária)	1496	2.3.7.1. Recurso interposto antes da Lei nº 9.957/00.....	1531
2.3.2.1. Introdução	1496	2.3.7.2. Recurso de revista fundado em contrariedade à orienta- ção jurisprudencial	1532
2.3.2.2. Configuração.....	1497	2.4. Recurso de embargos à Seção de Dissídios Individuais do TST	1533
2.3.2.3. Embargos de declaração com efeitos prequestionatórios	1502	2.4.1. Introdução	1533
2.3.2.4. Tese explícita.....	1502	2.4.2. Pquestionamento (recursos de natureza extraordinária).....	1536
2.3.2.5. Exigência de prequestio- namento em matéria de ordem pública	1504	2.4.3. Cabimento	1537
2.3.2.6. Violação nascida na própria decisão recorrida.....	1506	2.4.3.1. Embargos à SDI de decisão em agravo.....	1537
2.3.2.7. Acórdão que simplesmen- te adota fundamentos da sentença não preenche o prequestionamento	1507	2.4.3.2. Embargos à SDI contra deci- são monocrática.....	1542
2.3.3. Inaplicabilidade do princípio da fungi- bilidade. Recurso de revista de decisão de competência originária do TRT..	1508		
2.3.4. Cabimento.....	1508		
2.3.4.1. Incabível para exame de fatos e provas.....	1508		
2.3.4.2. Incabível recurso de revista quando inexistente recurso voluntário pelo ente públi- co.....	1509		

2.4.3.3. Incabível para exame de fatos e provas.....	1543	2.7.3.1. Embargos de declaração de decisão monocrática do relator convertido em agravo.	1572
2.4.4. Divergência jurisprudencial.....	1544	2.7.3.2. Indeferimento liminar de ação rescisória ou mandado de segurança. Recurso ao TST conhecido como agravo regimental e devolvido ao TRT.....	1574
2.4.4.1. Configuração. Divergência específica	1544	2.7.3.3. Interposição de agravo inominado ou regimental de decisão colegiada. Erro grosseiro.....	1575
2.4.4.2. Abrangência parcial da divergência.....	1545	2.7.4. Agravo regimental em autos apartados.....	1576
2.4.4.3. Comprovação da divergência jurisprudencial.....	1546	2.8. Recurso Adesivo	1577
2.4.4.4. Decisão recorrida contrária à orientação jurisprudencial	1551	2.8.1. Introdução	1577
2.4.4.5. Recurso não conhecido com base em orientação jurisprudencial.....	1552	2.8.2. Cabimento no processo do trabalho. Objeto.....	1577
2.4.4.6. Divergência jurisprudencial fundada em lei estadual, norma coletiva ou norma regulamentar	1553	3. Quadro resumido	1579
2.4.4.7. Divergência oriunda da mesma Turma do TST	1555	4. Súmulas dos Tribunais Regionais do Trabalho	1589
2.4.5. Embargos para a SDI no rito sumaríssimo.....	1556	5. Teses Jurídicas Prevalentes dos Tribunais Regionais do Trabalho	1592
2.4.6. Embargos para a SDI na fase executiva	1558	6. Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas e Incidentes de Assunção de Competência dos Tribunais Regionais do Trabalho	1593
2.5. Agravo de instrumento.....	1560	7. Informativos do TST (relacionados ao capítulo xiv)	1594
2.5.1. Introdução	1560		
2.5.2. Representação processual por meio de procuração ou substabelecimento com cláusula limitativa de poderes ao âmbito do TRT.....	1562		
2.5.3. Formação do instrumento (traslado)	1562		
2.5.3.1. Peças essenciais apresentadas pelo agravado	1562		
2.5.3.2. Traslado. Juntada de mandado tácito	1563		
2.5.3.3. Requerimento indeferido de autenticação de cópias pela secretaria do TRT	1564		
2.5.3.4. Desnecessidade de juntado do comprovante de recolhimento das custas e do depósito recursal dos recursos anteriores	1565		
2.5.4. Juízo de admissibilidade do recurso denegado.....	1566		
2.6. Agravo de petição	1566		
2.6.1. Introdução	1566		
2.6.2. Delimitação da matéria e valores objetos de discordância.....	1567		
2.6.3. Recurso de revista em agravo de petição.....	1567		
2.7. Agravo interno e regimental	1568		
2.7.1. Introdução	1568		
2.7.2. Aplicação subsidiária do art. 932 do CPC/15	1569		
2.7.3. Princípio da fungibilidade	1572		

CAPÍTULO XV

EXECUÇÃO TRABALHISTA..... 1633

1. Juros.....	1633
1.1. Incidência	1633
1.2. Incidência independentemente de constar no pedido inicial ou na condenação.....	1636
1.3. Juros capitalizados. Irretroatividade do Decreto-Lei nº 2.322, de 26.2.1987.....	1637
1.4. Juros e correção monetária nas indenizações por dano moral	1637
1.5. Fazenda Pública condenada subsidiariamente.....	1639
1.6. Não incidência nas empresas em intervenção ou liquidação extrajudicial.....	1641
1.7. Sucessão trabalhista em liquidação extrajudicial.....	1642
1.8. Não integram a base de cálculo do Imposto de Renda.....	1642
2. Correção monetária	1644
2.1. Não incidência sobre débito do empregado.....	1644
2.2. Aplicação da TR cumulada com juros. Não violação do art. 5º, II e XXXVI da CF/88	1645
2.3. Correção monetária dos salários	1647
2.4. Fundo de Garantia do Tempo de Serviço....	1648
2.5. Complementação de aposentadoria devida à dependente de ex-empregado	1648

2.6. Diferenças salariais de universidades federais.....	1649
2.7. Empresas em intervenção ou liquidação extrajudicial.....	1649
2.8. Honorários periciais.....	1650
3. Contribuições previdenciárias e Imposto de Renda.....	1651
3.1. Descontos previdenciários e fiscais. Competência. Responsabilidade pelo pagamento. Forma de cálculo.....	1651
3.2. Competência para execução da contribuição social referente ao seguro de acidente de trabalho (SAT).....	1661
3.3. Ausência de discriminação das parcelas em acordo judicial.....	1663
3.4. Acordo homologado em juízo sem reconhecimento de vínculo empregatício. Alíquota de contribuição previdenciária.....	1664
3.5. Acordo homologado após o trânsito em julgado de sentença.....	1664
3.6. Sentença omissa quanto aos descontos previdenciários e fiscais.....	1666
3.7. Juros não integram a base de cálculo do Imposto de Renda.....	1666
4. Aplicação da Multa coercitiva do art. 523, § 1º, do CPC/15.....	1668
5. Penhora.....	1670
5.1. Penhora anterior à sucessão pela administração pública direta.....	1670
5.2. Penhora em dinheiro.....	1670
5.3. Carta de fiança bancária.....	1674
5.4. Penhora em conta-salário.....	1676
5.5. Penhora sobre parte da renda de estabelecimento comercial.....	1679
5.6. Penhora de cédula de crédito rural e de crédito industrial.....	1680
5.7. Penhora de verbas estaduais para pagamento de valores devidos em ações trabalhistas..	1682
6. Depositário.....	1684
6.1. Depositário infiel. Penhora sobre coisa futura e incerta.....	1684
6.2. Termo de depósito não assinado pelo paciente. Impossibilidade de prisão.....	1685
7. Embargos à execução.....	1686
7.1. Prazo para a Fazenda pública.....	1686
8. Embargos de terceiro.....	1687
8.1. Competência na execução por carta precatória.....	1687
8.2. Mandado de segurança com a mesma finalidade dos embargos de terceiro.....	1688
9. Empresas em liquidação extrajudicial.....	1689
9.1. Execução direta na Justiça do Trabalho após a decretação da liquidação.....	1689
9.2. Juros e correção monetária.....	1690
9.3. Incidência de juros na sucessão trabalhista em liquidação extrajudicial.....	1690
10. Sucessão de empregadores. grupo econômico..	1691
11. Entidade pública.....	1694
11.1. Execução direta em face de entidade pública que explore atividade eminentemente econômica.....	1694
12. Quadro resumido.....	1696
13. Súmulas dos Tribunais Regionais do Trabalho....	1700
14. Teses jurídicas prevalentes dos tribunais regionais do trabalho (relacionadas ao Capítulo XV).....	1711
15. Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDRs) e Incidentes de Assunção de Competência (IACs) dos Tribunais Regionais do Trabalho.....	1712
16. Informativos do TST (relacionados ao Capítulo XV)	1714
CAPÍTULO XVI	
AÇÃO RESCISÓRIA.....	1743
1. Introdução.....	1744
2. Competência.....	1745
2.1. Competência para ajuizamento da ação rescisória e possibilidade jurídica do pedido..	1745
2.2. Manifesto equívoco em ajuizar ação rescisória no TST para desconstituir julgado proferido pelo TRT ou vice-versa.....	1753
2.3. Criação de Tribunal Regional do Trabalho..	1755
3. Legitimidade do Ministério Público do Trabalho 1755	
4. Litisconsórcio.....	1757
5. Decadência.....	1760
5.1. Prazo.....	1760
5.2. Termo inicial do prazo decadencial no recurso deserto.....	1769
5.3. Ampliação do prazo decadencial para a Fazenda Pública.....	1770
5.4. Interrupção do prazo decadencial para a União.....	1771
6. Pressupostos da ação rescisória.....	1772
6.1. Trânsito em julgado.....	1772
6.1.1. Comprovação.....	1772
6.1.2. Ausência da decisão rescindenda e/ou da certidão de trânsito em julgado autenticadas.....	1775
6.1.3. Decisão não submetida ao reexame necessário. Ausência de trânsito em julgado.....	1776
6.2. Decisão de mérito.....	1777
6.2.1. Decisão que acolhe arguição de coisa julgada.....	1777
6.2.2. Questão processual.....	1779
6.2.3. Decisão que não conhece de recurso de revista por ausência de divergência jurisprudencial.....	1780
6.2.4. Decisão que declara preclusa a oportunidade de impugnação da sentença de liquidação.....	1783

6.2.5. Decisão homologatória de adjudicação, de arrematação e de cálculos..	1784	9.4.5.1. Lei infraconstitucional controvertida. Marco divisor...	1818
6.2.6. Sentença de extinção da execução	1785	9.4.5.2. Membro suplente da CIPA. Garantia de emprego.....	1821
7. Representação processual. Procuração com poderes específicos para o ajuizamento de reclamação trabalhista. Irregularidade verificada na fase recursal	1787	9.4.5.3. Complementação de aposentadoria. Banespa.....	1822
8. Petição inicial.....	1788	9.4.5.4. Conab. Aviso Direh 2/84 ...	1822
8.1. Ausência de capitulação ou capitulação errônea no art. 485 do CPC	1788	9.4.5.5. Planos econômicos.....	1823
8.2. Cumulação subsidiária de pedidos.....	1790	9.4.5.6. Correção monetária sobre os salários dos servidores das universidades federais.....	1824
8.3. Tutela antecipada e pedido liminar na ação rescisória	1791	9.4.5.7. Incidência do Imposto de Renda sobre as parcelas recebidas no PDV.....	1825
9. Hipóteses de cabimento	1793	9.4.5.8. Reajustes bimestrais e quadrimestrais. Lei nº 8.222/91...	1825
9.1. Incompetência absoluta	1793	9.4.5.9. Cláusula penal. Limitação ao valor do principal.....	1826
9.2. Dolo ou colusão	1794	9.4.5.10. Empresas públicas e sociedades de economia mista. Garantia de emprego de período pré-eleitoral.....	1827
9.2.1. Dolo da parte vencedora em detrimento da vencedora.....	1794	9.4.5.11. Banco do Brasil. AP e ADI ou AFR. Horas extras após a sexta	1827
9.2.2. Colusão das partes.....	1795	9.4.6. Casos específicos de violação manifesta de norma jurídica	1828
9.2.3. Multa por litigância de má-fé.....	1797	9.4.6.1. Decisão que acolhe pedido de adicional de insalubridade com base na remuneração	1828
9.3. Coisa julgada	1799	9.4.6.2. Adicional de caráter pessoal em favor de empregado do Banco do Brasil.....	1829
9.3.1. Acordo homologado em que o empregado dá ampla e plena quitação	1799	9.4.6.3. Contrato nulo. Necessidade de invocação de violação do art. 37, II e § 2º, da CF/88 .	1830
9.3.2. Ação de cumprimento. Ofensa à coisa julgada emanada de sentença normativa modificada em grau de recurso.	1801	9.4.6.4. Concurso público anulado posteriormente.....	1831
9.3.3. Exigência de relações processuais distintas.....	1802	9.4.6.5. Professor-adjunto. Ingresso no cargo de professor-titular. Exigência de concurso público.....	1832
9.3.4. Necessidade de fixação de tese na decisão rescindenda	1804	9.4.6.6. Gratificação de nível superior. Suframa	1833
9.3.5. Interpretação do sentido e alcance do título executivo	1805	9.4.6.7. Decisão que reconhece estabilidade provisória e determina reintegração de empregado depois de exaurido o período estável.....	1833
9.3.6. Descontos previdenciários e fiscais na fase de execução	1806	9.4.6.8. Estipulação do salário profissional em múltiplos do salário-mínimo	1834
9.3.7. Planos econômicos. Limitação à data base na fase de execução.....	1807	9.4.6.9. Sentença citra petita	1835
9.4. Violação manifesta de norma jurídica	1808	9.5. Prova nova (documento novo)	1836
9.4.1. Alcance da regra	1808	9.6. Ação rescisória para invalidar transação	1839
9.4.1.1. Expressão lei.....	1808	9.6.1. Termo de conciliação (acordo judicial)	1839
9.4.1.2. Prescrição total ou parcial. Construção jurisprudencial.....	1810	9.6.2. Acordo prévio ao ajuizamento da reclamação	1840
9.4.1.3. Violação aos princípios da legalidade, do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa. Afronta reflexa	1811		
9.4.2. Decisão de mérito alicerçada em duplo fundamento.....	1812		
9.4.3. Reexame de fatos e prova.....	1812		
9.4.4. Pronunciamento explícito	1813		
9.4.4.1. Necessidade quando se tratar de violação à lei.....	1813		
9.4.4.2. Princípio da legalidade administrativa. Necessidade de prequestionamento	1817		
9.4.5. Matéria controvertida nos tribunais	1818		

9.7. Ação rescisória para invalidar confissão.....	1842	3.7. Deferimento de reintegração no emprego em ação cautelar.....	1898
9.8. Ação rescisória fundada em erro de fato	1843	3.8. Tutela antecipada para reintegração de empregado protegido por estabilidade provisória.....	1900
9.8.1. Caracterização	1843	3.9. Liminar de reintegração no emprego de dirigente sindical	1901
9.8.2. Contradição entre fundamentação e parte dispositiva do julgado.....	1845	3.10. Liminar de reintegração no emprego de dirigente sindical antes de decisão final do inquérito para apuração de falta grave.....	1902
10. Resposta do réu	1845	3.11. Concessão de liminar para reintegração do empregado até a decisão final do processo quando demonstrada a razoabilidade do direito subjetivo material	1903
10.1. Ausência de defesa. Inaplicáveis efeitos da revelia	1845	3.12. Concessão de liminar impedindo a transferência de empregado	1904
10.2. Início do prazo para apresentação de contestação	1846	3.13. Mandado de segurança contra liminar concedida ou denegada em outro mandado de segurança	1905
11. Recursos	1847	3.14. Decisão que não suspende execução trabalhista de cooperativa em liquidação extrajudicial.....	1907
11.1. Princípio da fungibilidade recursal.....	1847	3.15. Penhora em dinheiro.....	1907
11.1.1. Indeferimento liminar de ação rescisória pelo TRT. Recurso ordinário recebido como agravo regimental..	1847	3.16. Decisão que bloqueia numerário em conta-salário	1911
11.1.2. Recurso de revista de acórdão de competência originária do TRT. Erro grosseiro.....	1848	3.17. Penhora por meio de carta de fiança bancária e seguro garantia judicial no lugar de dinheiro.....	1914
11.2. Cabimento do recurso ordinário de decisão do TRT	1848	3.18. Penhora sobre parte da renda de estabelecimento comercial	1916
11.3. Depósito recursal.....	1849	3.19. Mandado de segurança com a mesma finalidade dos embargos de terceiro	1917
11.4. Decisão proferida em agravo regimental confirmando decisão monocrática do relator que indefere petição inicial da ação rescisória com fundamento em matéria controvertida.....	1849	3.20. Decisão homologatória de adjudicação.....	1918
12. Ação cautelar para suspender execução da decisão rescindenda	1851	3.21. Prosseguimento da execução quanto aos tópicos e valores não especificados no agravo de petição	1919
13. Ação rescisória de ação rescisória. Indicação de violação dos mesmos dispositivos legais apontados na rescisória primitiva	1852	3.22. Execução na pendência de recurso extraordinário	1920
14. Ação cautelar em ação rescisória para suspender execução. Documentos indispensáveis	1853	3.23. Ato que determina ao INSS o reconhecimento e/ou averbação de tempo de serviço	1921
15. Quadro resumido	1855	3.24. Indeferimento de requerimento de autenticação de cópias.....	1922
16. Súmulas dos Tribunais Regionais do Trabalho (relacionadas ao Capítulo XVII).....	1863	3.25. Decisão que exige depósito prévio de honorários periciais	1922
17. incidentes de resolução de demandas repetitivas (IRDRS) e incidentes de assunção de competência (IACS) dos tribunais regionais do trabalho	1864	3.26. Obtenção de sentença genérica no mandado de segurança para eventos futuros	1923
18. Informativos do TST (relacionados ao Capítulo XVII)	1865	4. Contagem do prazo para impetração do mandado de segurança	1924

CAPÍTULO XVII

MANDADO DE SEGURANÇA 1887

1. Introdução.....	1887	5.1. Princípio da fungibilidade. Recurso ordinário interposto contra decisão monocrática que indefere petição inicial do mandado de segurança	1924
2. Prova pré-constituída. Apresentação com a petição inicial.....	1888	5.2. Recurso de revista de decisão do TRT. Princípio da fungibilidade inaplicável	1925
3. Cabimento.....	1889	5.3. Prazo do recurso ordinário.....	1926
3.1. Decisão judicial transitada em julgado	1889		
3.2. Decisão judicial transitada em julgado formalmente	1889		
3.3. Decisão passível de recurso próprio.....	1890		
3.4. Ato judicial que, de ofício, arbitrou novo valor à causa	1891		
3.5. Tutela antecipada concedida e indeferida antes ou na sentença	1892		
3.6. Decisão que concede liminar ou homologa acordo judicial.....	1897		

5.4. Não cabimento do recurso ordinário de decisão do TRT proferida em agravo regimental contra liminar.....	1927
5.5. Exigência do recolhimento de custas processuais no recurso ordinário.....	1927
5.6. Mandado de segurança instruído com procuração outorgada com poderes específicos para o ajuizamento de reclamação trabalhista. Irregularidade verificada na fase recursal...	1929
6. Quadro resumido	1931
7. Súmulas dos Tribunais Regionais do Trabalho (relacionadas ao Capítulo XVIII).....	1934
8. Informativos do TST (relacionados ao Capítulo XVIII).....	1935

CAPÍTULO XVIII

DISSÍDIO COLETIVO..... 1951

1. Introdução.....	1951
2. Poder normativo. Decisões contrárias ao STF.....	1952
3. Legitimidade.....	1953
3.1. Imprescindibilidade do registro no Ministério do Trabalho e Emprego.....	1953
3.2. Correspondência entre as atividades exercidas pelos setores profissional e econômico envolvidos no conflito.....	1954
3.3. Impossibilidade de representação fundada na maior ou menor dimensão de cada ramo ou empresa	1955
4. Interesse de agir	1956
4.1. Dissídiocoletivojurídico.Impossibilidade de interpretação de norma de caráter genérico	1956
4.2. Impossibilidade de ajuizamento de dissídio coletivo para reconhecimento de categoria diferenciada	1957
5. Competência	1958
5.1. Dissídio coletivo de greve de servidores celetistas de pessoa jurídica de direito público	1958
6. Pressupostos processuais específicos	1959
6.1. Autorização dos trabalhadores diretamente envolvidos no conflito.....	1959
6.2. Comum acordo.....	1960
6.3. Assembleia	1961
6.3.1. Edital de convocação e ata da assembleia geral.....	1961
6.3.2. Pauta reivindicatória não registrada na ata de assembleia.....	1962
6.4. Fundamentação das cláusulas reivindicadas	1962

7. Dissídio coletivo em face de pessoa jurídica de Direito Público.....	1963
7.1. Limites e possibilidade da negociação coletiva no setor público.....	1964
8. Acordo	1965
8.1. Impossibilidade de extensão do acordo homologado às partes não subscreventes do acordo.....	1965
8.2. Desnecessidade de homologação do acordo extrajudicial.....	1966
9. Recursos.....	1968
9.1. Ausência de intimação para pagamento das custas processuais	1968
9.2. Cassação do efeito suspensivo	1969
10. Incompatibilidade do arresto, apreensão ou depósito no dissídio coletivo	1970
11. Ação de cumprimento	1971
11.1. Legitimidade do sindicato inclusive para o cumprimento de convenção ou acordo coletivo.....	1971
11.2. Interesse de agir quando já houver direitos reconhecidos em sentença normativa.....	1973
11.3. Dispensável o trânsito em julgado da sentença normativa para a propositura da ação de cumprimento.....	1974
11.4. Ação de cumprimento fundada em decisão normativa que sofreu posterior reforma.....	1975
12. Quadro resumido	1977
13. Quadro resumido das OJS da SDC.....	1978
14. Súmulas dos tribunais regionais do trabalho (relacionadas ao Capítulo XIX).....	1979
15. Informativos do TST (relacionados ao Capítulo XIX)..	1980

CAPÍTULO XIX

HABEAS CORPUS 1987

1. Introdução.....	1987
2. Depositário infiel. Penhora sobre coisa futura e incerta	1988
3. Necessidade de aceitação do encargo de depositário.....	1990
4. Habeas corpus substitutivo de recurso ordinário	1990
5. Quadro resumido	1992
6. Informativos do TST (relacionados ao capítulo XX).....	1993
Bibliografia	1995
Índice em ordem numérica (TST).....	2007
Incidentes de Recursos de Revista Repetitivos do TST ...	2061
Teses de repercussão geral do STF com impactos no direito e processo do trabalho	2067
Índice alfabético-remissivo	2069